



# Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 1.º DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1.º DE MARÇO DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. Presentes inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a sessão e instalada a 4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9.ª Legislatura.

Na presente sessão, conforme dispõe o art. 15, da Constituição Estadual, combinado com o contido no Parágrafo Único, do art. 12, do Regimento Interno, reúne-se esta Casa para tomar conhecimento da Mensagem Governamental sobre a situação do Estado, bem como das solicitações que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado julgar necessárias.

Para receber o Senhor Ney Braga, digníssimo Governador do Estado, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados: Erondy Silvério, Nilton Friedrich, Edilson Alencar e Adalberto Daros.

Suspendo a sessão por alguns instantes, para aguardarmos a chegada de Sua Excelência.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão. Esta Presidência tem a honra de anunciar a composição da Mesa.

Sua Excelência o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado do Paraná, Sua Excelência o Senhor Dr. José Hosken de Novaes, Vice-Governador do Estado do Paraná; Sua Excelência o Senhor Desembargador Eliantho Guimarães Camargo, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Sua Excelência o Senhor General Paulo Campos Paula, Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão do Exército; Sua Excelência o Senhor Brigadeiro do Ar, João Felipe Breck, Comandante da Escola de Oficiais Especialista da Aeronáutica, Sua Excelência, o Senhor Capitão de Fragata, Carlos Alberto Marques de Oliveira, Capitão dos Portos do Estado do Paraná; Sua Excelência o Senhor Vice-Almirante Fernando Mendonça da Costa Freitas, Comandante do 5.º

Distrito Naval, Sua Excelência o Senhor Vereador Donato Gulin, Prefeito Municipal de Curitiba, Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba; Sua Excelência o Senhor Professor Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Sua Excelência o Senhor Deputado Augusto Carneiro, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Sua Excelência o Senhor Deputado Nilso Sguarezi, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Tenho a honra de conceder a palavra ao Senhor Ney Braga, digníssimo Governador do Estado, para que Sua Excelência faça a leitura da Mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicite as providências que julgar necessárias.

O SR. GOVERNADOR NEY BRAGA — Sua Excelência Senhor Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Sua Excelência, Senhor José Osken de Novaes, Vice-Governador do Estado, Sua Excelência, o Senhor Desembargador Eliantho Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Sua Excelência, o Senhor General Paulo Campos Paiva, Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Exército; Excelentíssimo Senhor Brigadeiro do Ar, João Felipe Breck, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata, Carlos Alberto Marques de Oliveira, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, representante de Sua Excelência o Senhor Vice-Almirante Fernando Mendonça Correa de Freitas, Comandante do 5.º Distrito Naval; Sua Excelência o Senhor Vereador Donato Gulin, Prefeito Municipal de Curitiba, Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Ocyron Cunha, Excelentíssimo Senhor Deputado Augusto de Oliveira Carneiro, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Romeu Sguarezi, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Demais autoridades, Senhores Deputados, Senhoras, Senhores.

Quero, de início, além da praxe, expressar meu especial reconhecimento ao Vice-Governador José Hosken de Novaes pela colaboração que marcou sempre sua atuação de homem digno e respeitável que é. Também, muito além de simples protocolo, devo dizer de minha gratidão aos ilustres membros do Legislativo e do Judiciário pelo elevado nível de entendimento que mantivemos conscientes do equilíbrio entre os Três Poderes, garantido pela independência e soberania de suas atribuições específicas e sempre unidos em favor do bem-estar da gente de nosso Estado.

“Não acredito na política de desenvolvimento que vê apenas a multiplicação dos meios de produção e fecha os olhos para as injustiças sociais. Também não acredito na política de desenvolvimento que pretenda combater as injustiças sem combater suas causas. Uma simples política de desenvolvimento econômico nos faria perder de vista a valorização do homem. Uma simples política de desenvolvimento social seria uma fuga à realidade.”

Há pouco mais de 22 anos, defendíamos esta posição na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Cumpríamos então pela primeira vez, o mandamento constitucional de relatar a situação do Estado e prestar contas ao Povo, pela intermediação desta Casa, dos atos — e das intenções que os orientavam — do governo que naquele momento, tínhamos a honra de chefiar.

Passou o tempo. A vida pública nos conduziu a outras missões, antes na Chefatura de Polícia do Estado, na Prefeitura de Curitiba e na Câmara Federal, e depois no Senado da República e em dois Ministérios. Ampliaram-se e aprofundaram-se os conhecimentos sobre a realidade brasileira, sobre os problemas do nosso Povo e as possibilidades e perspectivas da sociedade e do poder público enfrentarem e resolverem, com sabedoria e equilíbrio, esses problemas. Outras circunstâncias e condições passaram a influir no direcionamento da vida nacional. Modificou-se a conjuntura econômica, social e política do País. Integrado nessa realidade, o Paraná evoluiu em todos os setores de sua vida comunitária. Muitos conceitos se alteram, aperfeiçoando-se, à luz de novos conhecimentos e de novas aspirações da sociedade. Hoje, ao atender pela oitava vez, com muita honra, o preceito constitucional, mesmo apesar da evolução a que nos referimos, notamos ainda a validade daquela posição que continuamos a subscrever com igual convicção.

Acreditamos que o homem deve constituir a razão fundamental de toda a ação, e esta deve dirigir-se à plenitude de sua realização em um contexto humanístico, a um só tempo personalista, comunitário e finalista.

Personalista, no sentido de não permitir a massificação do homem, a sua despersonalização, mas sim, valorizando as vocações individuais, os direitos e deveres da pessoa humana.

Humanismo comunitário, que propicie o reconhecimento do valor do intercâmbio social dos serviços prestados, mutuamente, no dever de promover, com ética, o Bem Comum.

Humanismo finalista, pelo reconhecimento da destinação última do homem, cuja consciência espiritual lhe dá uma missão que transcende aos motivos meramente temporais.

Somos dos que creem, igualmente, na importância da livre iniciativa, para o fortalecimento da atividade econômica, entendido como implícito e inerente a tal postulado o dever, que todos temos, de somar em favor da realização do Bem Comum e de buscar a superação dos desafios que se nos apresentam.

As sociedades que eliminaram a iniciativa privada vivem, aos nossos olhos, os dramas da carência do pão e da falta de liberdade. Não desejamos e não teremos esse destino para o Brasil. Também não queremos a hipertrofia do Poder Público, porque sabemos que a sociedade é capaz de criar muito na dimensão de seu próprio espaço. Ao Estado, na compreensão do princípio da solidariedade, cabe apoiá-la. A empresa que une capital e trabalho, com ampla visão de justiça social, promove o entendimento entre as forças de produção para o bem-estar da sociedade por inteiro.

Para materialização de propósitos de tal magnitude, fazemos questão de afirmar, uma vez mais, nesse nosso ideário, a crença inabalável na essencialidade, para o regime democrático, das atividades cumpridas no âmbito do Poder Legislativo — num contexto de Poderes autônomos e harmônicos.

Decorridos três anos de administração, nos quais empenhamos todas as nossas energias e a competência e espírito público de uma valorosa e dedicada equipe, na missão de tornar realidade o Plano do Governo que este Poder Legislativo — com a autoridade de Assembléia eleita pelo Povo — debateu e referendou, chegamos a um momento singular do mandato que estamos cumprindo: o limiar de um processo eleitoral, em cujo desfecho as propostas, intenções e atos de todos nós receberão o julgamento das urnas.

Entendemos bem que o momento brasileiro — como o do mundo — é singular para reflexões e decisões. Permite ele a antevisão de oportunidades e a procura de alternativas para

soluções de problemas que estão a angustiar a sociedade humana. É importante não esquecer, entretanto, que o desenvolvimento econômico só se justifica no bojo mais amplo do desenvolvimento social e que no campo político, na própria defesa da dignidade humana, tal desenvolvimento só poderá ser realizado na democracia.

Reafirmamos, nesta ocasião, a nossa confiança na avaliação crítica do povo. Nela é que sempre baseamos as prioridades do Governo e o redirecionamento das ações quando necessário. Sabemos que nossa gente saberá apreciar, com justeza, a seriedade e o empenho do trabalho executado em seu benefício — mesmo sob conjunturas difíceis — sem desânimos, nem pessimismos, porque sabemos que somos hoje contemporâneos da transição e sentimos, na alma, como é importante crescer e trabalhar na construção das coisas por fazer neste País, que tem a nos entusiasmar um grande povo e rica natureza. Não nos abatemos, mesmo ante os desafios, porque nossa fé é muito maior do que eles, e o infinito é o limite de nosso amor pelo Brasil.

Aqui estamos, Excelências, nesta Casa do Povo e em oportunidade tão significativa para, agradecendo o apoio recebido deste Poder, dizer ao Paraná o que por ele pudemos fazer.

Nesta hora também damos graças a Deus “porque aprendemos que a verdadeira felicidade do homem é poder ajudar o próximo, é completar-se no próximo”. Pensamos sempre e muito — e sei que os Senhores Deputados também o fazem — nos que vivem no meio de muitas carências, mas que não têm ódios, e porque são bons merecem de nós todo o respeito, todo o devotamento, toda a ação. A eles somos altamente devedores, porque nos ensinaram muito e nos fazem acreditar que um dia o egoísmo e a ganância serão vencidos pelo amor.

Nenhuma oportunidade seria mais propícia que esta para — obedecendo à nossa consciência de homem público, em pacto de lealdade recíproca, mantido com o povo ao longo de muitos anos — estender, à totalidade do período já cumprido de nossa gestão, o relato da atividade governamental, nos seus aspectos mais significativos. Pareceu-nos que a análise da realidade paranaense, na conjuntura atual, poderia ser feita, com maior amplitude e profundidade, a partir do conhecimento da atuação global de nossa administração nos últimos três anos. Foi desta convicção que emergiram os balizamentos determinantes da forma e do conteúdo do relatório que acompanha e integra esta prestação de contas.

Assim, faço considerações sobre a conjuntura internacional do País e sobre providências adotadas pelo Governo Federal que — no período — se refletiram em relevantes aspectos da vida paranaense e na ação do Governo Estadual, certo de subsidiar melhor a análise do relato que apresento a Vossa Excelências.

Toda a comunidade sentiu, de forma direta ou indireta, os efeitos das dificuldades que o País atravessa, atingido duramente pelo chamado “segundo choque do petróleo”, presente no decorrer deste último triênio, aqui e em todo o mundo.

Os preços desse produto básico, duplicados entre meados de 1979 e primeiro trimestre de 1980, embora logo após relativamente estabilizados, voltaram a subir durante a fase aguda do conflito entre o Irã e o Iraque. O reflexo negativo e imediato sobre as taxas de crescimento desencadeou, mesmo em países de economia forte, um processo inflacionário até agora não debelado, apesar de todos os esforços, instrumentos e recursos disponíveis.

Uma reação em cadeia atingiu, progressivamente, toda a comunidade de nações, em especial aquelas economias em acelerado ritmo de expansão, como a do Brasil, dependente do afluxo de capitais externos para sustentação de seu processo de desenvolvimento. Nenhuma nação — industrializada, em desenvolvimento, socialista ou capitalista, grande ou pequena — conse-

guiu escapar aos referidos efeitos.

Ante este quadro internacional desfavorável, o Governo Federal passou a mobilizar todos os seus instrumentos para intensificar a luta contra a inflação. A política fiscal e a credibilidade, principalmente, foram acionadas com o máximo empenho, no sentido de controlar a expansão da oferta de moeda, dentro dos parâmetros compatíveis com a realidade que passamos a viver.

A escassez de recursos necessários aos investimentos teria, forçosamente, de atingir programas regionais. O Paraná, como as demais Unidades da Federação, também contribuiu, com razoável cota de sacrifícios para o êxito dessas medidas orientadas à contenção e refluxo do processo inflacionário.

Com todas essas restrições, ditadas pela estratégia anti-inflacionária, o Governo do Presidente João Figueiredo não faltou ao Paraná. Projetos e programas de alta importância para o nosso Estado, dependentes de verbas federais, como o PRODOPAR, PROJETO NOROESTE, PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA e o PROGRAMA HABITACIONAL, foram contemplados com recursos para seu prosseguimento, no volume do possível.

Recordamos igualmente, medidas da maior significação social e econômica de que foi beneficiária direta ou indireta a gente do Paraná, principalmente os pequenos empresários e os assalariados de menor renda: a ampliação da abrangência do seguro agrícola; a flexibilidade do crédito agrícola em relação aos rígidos limites do orçamento monetário; a elevação de 10 para 25 por cento das aplicações da rede bancária em créditos subsidiados aos pequenos agricultores; a reformulação do imposto territorial rural de modo a tributar proporcionalmente menos as propriedades mais produtivas, a ampliação das facilidades para o funcionamento das pequenas empresas, isentando-as de contribuições ao imposto de renda e simplificando sua escrituração.

A conjuntura existente inspirou ao Governo a lei salarial de novembro de 1979, de alto significado social, recompondo, de forma automática a cada semestre, o poder aquisitivo dos assalariados, com índices de reajuste superiores aos da inflação verificada em cada período, para os salários mais baixos.

Outro benefício, tão real quanto abrangente, que, sem dúvida, vem se estendendo a toda a nossa sociedade — do mais abastado cidadão ao mais humilde, dos habitantes das cidades aos dos campos, do político ao empresário, do patrão ao trabalhador, do intelectual ao estudante — está sendo propiciado pelo clima de liberdade democrática que estamos vivendo.

Senhores Deputados.

O Paraná é hoje, como sempre, terra dos que crêem. Uma comunidade que viveu, recentemente, as epopéias da colonização do Norte Cafeeiro, do Oeste e do Sudoeste conquistados passo a passo, contra imensos obstáculos. Um povo que, tantas vezes atingido pelo flagelo das geadas e mais recentemente das estiagens, teve fibra e energia — mesmo quando a cafeicultura era a única grande força da economia do Estado — para, a cada revés, tudo reconstruir com tenacidade e esperança. Desse modo, apesar das dificuldades que a conjuntura mundial vem impondo ao País, antevemos com justificado otimismo, um futuro melhor que, com trabalho e confiança, estamos ajudando a construir.

A crise conjuntural de um mundo por muito tempo habituado ao suprimento barato do petróleo, e com sua estrutura energética montada sobre este insumo — das indústrias aos sistemas de transportes — é um grande desafio a ser vencido. No entanto, se formos ágeis e criativos, o processo para a superação desses desequilíbrios — que a todos preocupam — poderá ser mobilizado em favor do desenvolvimento do nosso Estado.

Se hoje somos uma potência na produção nacional de grãos

e na exportação de produtos "in natura" ou com pequena parcela de beneficiamento — como é o caso do farelo de soja — através do emprego da hidreletricidade, de que hoje passamos a dispor em abundância, e do fortalecimento e diversificação da agroindústria, poderemos iniciar um processo de mais ampla agregação de valor aos nossos produtos. Vemos possibilidades imensas de, em futuro próximo, através de complexos agroindustriais integrados, estar produzindo alimentos já prontos e colocando-os na mesa do consumidor externo de qualquer mercado onde haja demanda.

Temos afirmado, nas análises sobre as mudanças ocorridas em nosso Estado, nos últimos vinte anos, que a tarefa dos paranaenses na década de 60 foi edificar uma infra-estrutura econômica básica, indispensável para que todos pudessem lançar-se ao empreendimento gigantesco de construir o Paraná moderno dos nossos dias. Deus nos concedeu ventura e força de participar desse processo histórico. O Governo então realizado, também integrado por uma equipe jovem, dinâmica e idealista, procurou atender aos anseios daquela sociedade em transição, com poderosa influência sobre os anos seguintes.

Vivemos hoje o limiar de uma era de transformações estruturais da humanidade, com sintomas que transparecem tanto nos problemas contingenciais da área econômica, quanto num anseio generalizado por uma ordem geral mais impregnada de humanismo.

Para nós, são claros os objetivos sociais, políticos e econômicos da comunidade paranaense atual. A auscultação dos mais variados segmentos do nosso Povo evidenciou que, nesta década, relativamente consolidada a infra-estrutura, diversificada a agricultura e conjugada com uma indústria adequada às potencialidades e às vocações regionais, outra tarefa, tão nobre quanto grandiosa, há de ser assumida por todos nós.

Defrontamo-nos com a necessidade de adequar as conquistas materiais a um conjunto mais amplo de objetivos, que conduza à satisfação de exigências básicas do cidadão para realizar-se plenamente como pessoa humana: educação, saúde, nutrição, habitação, segurança, integração cultural e adequado meio ambiente.

Entre os componentes essenciais e esse novo quadro, a participação e o diálogo — como exercício de respeito mútuo — constituem elementos marcantes.

Não é de agora que defendemos tais princípios de respeito à opinião alheia; estiveram eles sempre presentes, em nossa pregação e ação política. Temos consciência de que governar democraticamente é, necessariamente, passo a passo, participar e, ao mesmo tempo, admitir a participação dos interessados em construir uma nova sociedade, com algo de útil a oferecer em nome próprio, ou no daqueles a quem representamos.

Por isso mesmo, uma das mais importantes ações do período administrativo que ora relatamos, foi colocar em prática o propósito de ampliar os canais de comunicação entre o Governo e a comunidade.

Assim, foram implantadas inúmeras medidas, dentre as quais destacamos: a criação do Conselho Consultivo de Política Industrial e Comercial, para adequar as decisões governamentais, sempre que possível, às linhas mestras do pensamento do empresariado, em questões que envolvam os interesses de tais setores; a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, onde a representação da comunidade científica é maior do que a governamental; a criação do Conselho Estadual de Mão-de-Obra, para apoio às atividades de formação profissional, o direcionamento da assistência aos carentes, na área de saúde e de bem-estar social, de maneira a obter-se um entrosamento cada vez maior dos órgãos do Governo com as entidades sociais mantidas pela comunidade; e ampla descentralização e interiorização das estruturas de atendimento e da periódica execução de pesquisas junto às comunidades sobre a qualidade e a eficácia dos serviços ofertados.

Acreditamos que o presente é a oficina onde se constróem

as bases do futuro que almejamos. Assim, grande parte da ação do nosso Governo esteve voltada ao objetivo de legar, às gerações futuras, um Paraná onde as condições de meio ambiente e de qualidade de vida sejam melhores do que as que nos têm sido dado desfrutar.

Em um mundo onde a degradação do meio ambiente se associa em geral ao desenvolvimento econômico, os paranaenses querem expansão industrial e aumento da produção agrícola, sem prejuízo para a qualidade da vida e sem agressões à natureza. A promoção do equilíbrio ecológico tem figurado, destarte, entre as principais preocupações do nosso Governo e das comunidades organizadas.

Entre as ações realizadas nesse sentido, pode ser destacada a redução sensível dos níveis de poluição dos rios. Graças às normas permanentes e definitivas de prevenção e fiscalização na área industrial, o Paraná coloca-se, hoje, na vanguarda do processo de compatibilização entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Os resíduos poluentes, nos cursos de água do Estado, diminuíram em 52 por cento, entre janeiro de 1979 e dezembro de 1981. Esse indicador, mesmo isolado, já representa uma importante vitória dos programas de preservação ambiental. Maior é sua significação, se considerada a acentuada ampliação, nesse período, da atividade industrial no Estado.

Foram igualmente estabelecidas medidas para a proteção da natureza no Litoral do Estado e dos mananciais na Região Metropolitana de Curitiba — objeto de amplo programa de investimentos, conforme convênios que firmamos recentemente com órgãos federais visando à construção de novas barragens para a reservação de água — bem como muitas outras ações, especificamente detalhadas, no relatório dos órgãos setoriais.

Sempre defendemos a validade da ação conjugada da União, do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais, para enfrentar problemas de dimensões tais em que a ação isolada mais dificulta do que ajuda a solução e cujas consequências econômicas e sociais se estendam além dos efeitos geograficamente localizados. Seria insensato, nesses casos, postular a prioridade de ação ou estabelecer critérios de mérito na participação de cada um. Exemplo objetivo é a erosão do solo na Região Noroeste do Paraná, em particular na área do Arenito Caiuá, onde a ação integrada dos três níveis de governo, resultou a efetivação, no triênio 1979/1981, de 279 convênios, totalizando aplicações no montante de um bilhão e 400 milhões de cruzeiros.

Procuramos também prever e equacionar outras demandas de desenvolvimento ulterior, conforme prometemos aos paranaenses, ao propor o nosso Plano de Governo. Um dos melhores exemplos, além daquilo que estamos realizando no setor de energia, é a realização, em convênio, com a PORTOBRÁS, do Plano Diretor de Navegação Fluvial, cujos estudos, iniciados em 1980 e concluídos em 1981, ensejaram a execução do projeto de navegação do Rio Ivaí. Esse empreendimento, quando integrado à Ferrovia da Soja e a outras hidrovias, permitirá a constituição de um grande sistema de navegação interior que dotará o Paraná de transporte eficiente e de baixo custo.

Com relação à Ferrovia da Soja, é importante salientar a rápida evolução ao longo do triênio, das providências para sua construção. Incluída em 1979 no Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis, já em 1980, era iniciada a elaboração, pelo Ministério dos Transportes, do projeto para a primeira etapa da obra. E, em fevereiro de 1982, em Guarapuava, dava-se início à construção desse tronco ferroviário de vital importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A preparação para o futuro abrange, também e de modo especial, o principal agente de todo o processo: o homem como ser social, mais do que isso, como pessoa humana. Assim, temos considerado que no campo social não é bastante suprir carências e atender aspirações presentes; é necessário investir na

formação das gerações futuras, que desejamos integradas por pessoas saudáveis, culturalmente ajustadas, participativas e bem preparadas em termos profissionais.

Nesse sentido, a educação assume papel de singular relevância, pois, além dos elementos tradicionalmente inerentes às suas atividades, acreditamos na educação como fundamento de liberdade. Em verdade, não há nação que possa sequer pensar em ser livre, sem uma sólida base educacional. Com relação a este setor, a comunidade paranaense é a maior testemunha da atenção que lhe temos conferido. Aplicamos mais de 25 por cento dos recursos concedidos pelo Orçamento Estadual ao Poder Executivo, na área educacional, embora impondo compressões em programas de realizações típicas de outras áreas.

Assim, não apenas temos edificado mais salas de aula, criado novos estabelecimentos de Segundo Grau — em grande número, por sinal — equipado e recuperado escolas, mas sobretudo, temos investido na qualidade do ensino, através da adoção de novas técnicas como os centros de excelência via capacitação de recursos humanos do magistério e de diversas medidas de valorização funcional e salarial das respectivas carreiras. Em termos de importância, consideramos os resultados já obtidos tão auspiciosos quanto as 2.244 salas escolares e dois milhões e quatrocentos e setenta mil livros didáticos já distribuídos, no decorrer da nossa gestão.

Outro importante avanço obtido em 1981, no campo da Educação, verificou-se na área do Ensino Superior. Como forma de reconhecimento ao nível de maturidade do Sistema Estadual, o Conselho Federal de Educação atribuiu ao Governo Estadual a autonomia para regular o ensino ofertado por entidades vinculadas ao Estado ou a seus municípios. Releva notar que o Paraná é o terceiro Estado a obter tal delegação, a qual, desde 1961, não foi atribuída a qualquer outra Unidade da Federação.

As demais áreas do setor social igualmente mereceram atenção individualizada. Temos bem presente que é por seu intermédio que os atendimentos básicos de saúde, assistência, cultura, segurança e justiça, chegam às comunidades em geral e, de modo particular, àquelas pessoas que deles mais necessitam.

Na área de saúde pública, a ação governamental foi marcada pela reestruturação global do sistema estadual de saúde, com múltiplas exigências e reflexos — inclusive absorção de 1.871 funcionários das Prefeituras, de longa data à disposição dos Postos de Saúde e Unidades Sanitárias. Essa reestruturação é que vem propiciando a ampliação dos programas de saneamento do meio, distribuição de medicamentos básicos e de alimentos a gestantes e nutrízes, apoio laboratorial, ambulatorial e equipamento de unidades, especialmente as sediadas no interior. A imunização maciça da população atingiu a aplicação, em média, de 6 milhões e 368 mil doses de vacinas por ano e o atendimento médico a gestantes e nutrízes a cerca de 550 mil consultas anuais.

O programa de saúde escolar foi ampliado em todo o Estado, propiciando 250.000 atendimentos médicos e odontológicos, além de 850.000 aplicações tópicas de flúor, no decorrer de 1981. Foram construídas 81 novas Unidades Sanitárias e Postos Distritais de Saúde, bem como efetuadas melhorias, reequipamentos e ampliações, em praticamente todos os hospitais vinculados ao sistema estadual de saúde, no decorrer do triênio.

No campo da assistência social, buscou-se a estruturação do sistema de atendimento ao adulto carente, através da criação e implantação da PROMOPAR e da mobilização das comunidades por intermédio do Programa do Voluntariado Paranaense — PROVOPAR. A PROMOPAR, através do auxílio financeiro a 768 entidades sociais comunitárias apoiou o atendimento a 335.000 pessoas em 1981, além de outras 60.800 por intermédio dos seus 7 Centros de Triagem e Atendimento Social - CETAS.

As atividades do bem-estar do menor, coordenadas e executadas pelo Instituto de Assistência ao Menor, de cuja criação,

em meu primeiro governo muito me orgulho, atingiu significativa expansão. Em 1981, considerados os 328 convênios firmados com entidades sociais e a ação das 19 unidades sociais oficiais, foram atendidos 48.469 menores carentes. Nesta área cabe destacar ainda a implantação de novas unidades especiais em Curitiba, Londrina e Maringá e a regionalização da estrutura, através da implantação de 8 escritórios regionais.

A segurança pública, entendida como de importância fundamental para a manutenção de um clima de tranquilidade social, vem sendo também objeto de ações especiais. Os padrões tradicionais de policiamento foram reformulados, em particular por meio da criação dos Postos Modulares de Policiamento — já em funcionamento em Curitiba e em instalação em outras cidades — e pela adoção de novas técnicas de organização de áreas e turnos de policiamento.

No reequipamento policial, além da construção de 104 novos prédios, foram adquiridos, no triênio, 677 novos veículos operacionais e 495 equipamentos adicionais para a radio-comunicação.

A área de prestação de serviços foi descentralizada, interiorizada e desburocratizada. Foram criados 281 Postos de Identificação, e o tempo médio para a emissão da Carteira de Identidade, reduziu-se de 90 dias, em 1979, para sete dias úteis, em média, a partir de 1980.

No setor justiça, a interiorização da Procuradoria Geral do Estado, através das nove Subprocuradorias que criamos e instalamos, veio possibilitar maiores facilidades para o acesso de pessoas carentes aos serviços de justiça gratuita, além de apoiar as ações de regularização fundiária empreendidas pelo Estado. Vinculada também a esta área, merece ser assinalada, pela amplitude dos seus efeitos, a instalação de sete escritórios regionais da Junta Comercial, facilitando a execução dos atos de registro da atividade empresarial.

Como resultado da importância atribuída à área cultural e desportiva na formação integral do homem paranaense, criamos a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, para mais adequadamente promover o desenvolvimento de tais atividades em todo o Paraná. Em consequência, mesmo considerado o pouco tempo de existência, foram promovidas amplas programações culturais e desportivas, e propiciado apoio financeiro aos municípios, para a implantação de 146 canchas e módulos esportivos, e 41 bibliotecas e centros comunitários de lazer.

O reconhecimento da importância da cultura na formação daquilo que poderíamos chamar "a alma de uma nação" — modelada em especial pelas ações típicas dos setores educação e cultura — induziu e justificou apoio a um amplo elenco de atividades. Desse modo, as ações relacionadas com a formação e expressão de uma cultura peculiar, como as artes plásticas, música, balé, folclore e artesanato, foram particularmente apoiadas e estimuladas.

Com este mesmo propósito, buscou-se o fortalecimento e difusão das atividades teatrais — em especial as relacionadas com o teatro amador — criando-se inclusive a Comissão Estadual de Artes Cênicas e, no Teatro Guaíra, o Núcleo de Teatro Amador. Iniciamos também um programa de editoração de obras de valor histórico ou artístico, como forma de valorizar a obra de autores paranaenses e de estimular a produção intelectual no Estado.

O saneamento básico, condição essencial para que seja possível desenvolver programas de prevenção de doenças e combate às endemias, recebeu grande impulso com a expansão dos sistemas de abastecimento de água em praticamente todas as áreas urbanas do Estado. Mais 49 cidades e 2 distritos foram incorporados, no triênio, ao sistema da SANEPAR, a qual, através de 212.740 novas ligações, no final de 1981, já atendia a cerca de 3,5 milhões de paranaenses. Com essa expansão do atendimento e considerados os 60 sistemas operados pelas

autarquias das Prefeituras, em dezembro de 1981, um total de 289 sedes municipais, além de 33 distritos, contavam com sistemas de água tratada. A essa estrutura acrescem-se ainda, os 48 microssistemas de abastecimento de água implantados em distritos no decorrer de 1981, dentro de um programa de cerca de 200 destes equipamentos.

Na área de esgotos sanitários, através da ampliação de redes e da implantação de novos sistemas, foram propiciadas 71.320 novas ligações domiciliares, elevando em 64 por cento o número de pessoas atendidas.

No campo da habitação popular, mediante a construção e entrega de 24.442 casas, no decorrer desta nossa gestão, e mesmo não computadas as 24.057 outras em fase de execução ou de projeto, realizamos quase três vezes mais do que tudo que foi executado desde a criação da Companhia de Habitação, em maio de 1965. Mais do que isso: coerentemente à tese que defendemos no Seminário Nacional de Política Habitacional, de 1979, orientamos a atuação da COHAPAR no sentido de dotar os conjuntos habitacionais, para populações de baixa renda, com melhor infra-estrutura. Assim, para assegurar adequada qualidade de vida aos moradores, os conjuntos vêm sendo equipados com sistemas de abastecimento de água, de esgoto sanitário e rede completa de energia elétrica.

No terreno da organização espacial e da ocupação do território, também de singular relevância, uma das grandes aspirações da nossa sociedade é de que o Paraná mantenha o modelo equilibrado de distribuição espacial de sua população, de sua riqueza, de suas cidades. Assim, cabe às lideranças de todos os setores da vida social, econômica e política do Estado, somarem esforços em favor desse objetivo. Fortalecer e prestigiar os Municípios — células a partir das quais se desenvolvem e se espalham ao conjunto da comunidade estadual todas as iniciativas — é um imperativo inquestionável.

Desde os primeiros dias desta gestão temos levado aos municípios, mediante programas de assistência técnica, administrativa e financeira de estímulo aos investimentos e da realização direta de obras, os benefícios de uma política descentralizadora. Esse processo ensejaria, inclusive, a criação e implantação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, destinada a funcionar como uma verdadeira Agência de Desenvolvimento.

Uma outra comprovação dessa política governamental é materializada pelo volume de recursos destinados pelo Estado, nesses três últimos anos, às Prefeituras, como transferências voluntárias. As aplicações, nesse programa, totalizaram um montante equivalente a 11 bilhões de cruzeiros, em valores constantes de 1981. Tais recursos propiciaram a execução de 2.217 obras, diretamente pelos municípios, segundo prioridades elegidas em conjunto com as lideranças das comunidades respectivas.

A proposta de desenvolvimento que trouxemos para o atual período governamental, fundamenta-se no conceito, tantas vezes reafirmado pela doutrina social cristã, de que as preocupações de natureza econômica devem ser orientadas pelos benefícios sociais que representam.

Se essa definição distingue nosso projeto de governo como orientado para a justiça social — conceito que pressupõe a canalização do esforço do poder público para viabilizar a participação de todos, e em especial daqueles que mais necessitam, nos frutos do desenvolvimento — a procura de novos parâmetros para o desenvolvimento social não pode esquecer a contrapartida econômica, essencial à mobilização dos instrumentos indispensáveis à obtenção dos resultados finais propostos.

Nesse âmbito, a agropecuária tem sido e continuará sendo a grande prioridade setorial, principalmente pelo fato incontestável de que ainda somos uma economia com grande dependência em relação ao setor agrícola, apesar dos



avanços já registrados na senda da industrialização. Além do mais, é também o agropecuário o setor que, no Paraná, dá resposta mais imediata aos investimentos, tanto no que se refere aos resultados econômicos quanto às suas repercussões sociais.

Na primeira Mensagem que tivemos a honra de apresentar ao Legislativo Estadual já afirmávamos que "industrializar não significa relegar as atividades primárias a um segundo plano. Através da diversificação e expansão desse setor poderá o Paraná criar bases sólidas para o seu desenvolvimento. Uma economia baseada na pluralidade industrial e agrária, dará ao Paraná e ao seu povo as possibilidades de progresso e bem-estar que desejamos".

O Paraná, todos nós sabemos, atingiu padrões tecnológicos elevados, com níveis de produção e produtividade excelentes, na agropecuária comercial. A competência, a vocação e a capacidade gerencial dos nossos empresários do campo estão demonstradas pelo peso da agricultura paranaense na produção e na exportação nacional.

Por outro lado, os pequenos produtores rurais, principais geradores de alimentos básicos, têm sofrido em razão de limitada assistência, os dramas da baixa produtividade nas suas culturas, por conseguinte, do baixo nível de renda, os quais lhes dificultam o acesso a padrões mais adequados de qualidade de vida.

Foi para esse último segmento da agricultura paranaense que enfatizamos, como ações governamentais das mais importantes, as realizadas com a regularização fundiária. Sempre nos sensibilizou o problema da regularização da posse definitiva da terra para o pequeno agricultor, que, sem a mesma, não tem acesso ao instrumental de fomento agrícola do Governo, especialmente ao crédito. Desse modo, através da ação articulada do Instituto de Terras e Cartografia e do convênio de cooperação firmado com o INCRA, promovemos a regularização, no triênio; de 36.415 lotes, além de 8.766 outros em fase de processamento, incorporando ao processo produtivo, com todas as garantias legais, 540 mil hectares de terra, isto é, o equivalente a quase 3% do território estadual.

Outra destacada iniciativa nesse setor é o Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL, cuja implantação iniciou-se em 1981. Os estudos preliminares para a realização desse projeto foram iniciados junto com a montagem do Plano de Governo. Durante os primeiros dois anos da gestão, mobilizamos a estrutura governamental para viabilizá-lo. Aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com elogiosas referências como modelo de projeto voltado para a valorização do homem do campo e à revitalização de áreas rurais carentes, o PRORURAL teve deferido o financiamento de 80 milhões de dólares que, somados com recursos federais, do Estado e dos Municípios beneficiados, custearão o programa cujas aplicações totais equivalem a 216 milhões de dólares.

A opção pelos pequenos e médios agricultores, que caracteriza os programas do Governo, não significa relegar a plano inferior a agricultura comercial e os produtores de maior porte. A ação do Governo em favor desse segmento melhor equipado em nosso sistema produtivo é, basicamente, mais institucional do que assistencial, pois a agricultura comercial, pela sua força econômica e capacidade de mobilização de lideranças, tem amplas possibilidades de desenvolvimento.

O Governo atuou nessa área no sentido de influir na definição de normas visando ao aprimoramento das relações de mercado, à melhoria das condições de crédito para a comercialização, ao aperfeiçoamento da política de preços mínimos e de garantia, à consolidação e expansão das cooperativas, ao incremento dos serviços de classificação de produtos agrícolas, à ampliação das estruturas de abastecimento e à divulgação de informações agrícolas.

No campo da pesquisa e da experimentação agrope-

pecuária, a cargo do IAPAR, foram criadas, em 1981, mais três novas variedades de feijão, trigo e algodão, que, somadas às duas outras lançadas em 1980, perfazem as 5 espécies desenvolvidas pelo Instituto desde a sua criação. As mencionadas variedades, de elevada resistência, produtividade e adaptabilidade à tipologia de solo e clima de várias regiões, já passaram a contribuir para a elevação dos níveis de rendimento das culturas respectivas, nas regiões em que foram utilizadas.

Merecem também citação, na área agrícola, os programas PRONOROESTE — que canaliza recursos e assistência técnica para conservação do solo no meio rural — o PROVARZEAS, destinado a tornar agricultáveis mais de um milhão e meio de hectares de várzeas, antes inaproveitadas.

Outra forma de apoio à agricultura comercial foi a definição de uma política de industrialização que privilegia a implantação de agroindústrias nas regiões de produção e que apoia os projetos industriais das próprias cooperativas.

A ênfase no financiamento aos empreendimentos agroindustriais integrados ou localizados junto às fontes produtoras de matérias-primas é evidenciada pelas destinações de recursos efetuadas pelo BADEP e BRDE ao setor privado. Entre 1979 e 1981, de um total de 40 bilhões de cruzeiros, 38 por cento — mais de 15 bilhões de cruzeiros — foram alocados aos ramos industriais de papel e papelão, madeira e produtos alimentares, caracterizados exatamente pelo uso das matérias-primas florestal e agropecuária e, conseqüentemente, de localização preferencial no interior do Estado.

Especial tratamento foi dado à pequena e à micro-empresa, cujo fortalecimento, além de constituir um caminho para a maior estabilidade do setor via consolidação de um empresariado em todo o território do Estado, propicia a interiorização do desenvolvimento, uma maior geração de empregos e o aumento da produção de bens para consumo local. Nesse sentido, o PROMICRO, programa estadual iniciado em 1979, apoiou com financiamentos sob condições especiais em relação ao custo usual do dinheiro, 627 empresas. Ademais, contribuiu para o aperfeiçoamento gerencial das pequenas e microempresas, mediante a promoção de diversos cursos de administração e gerência.

As atenções dispensadas pelos órgãos de fomento às pequenas empresas paranaenses e à prioridade dos empreendimentos industriais voltados para o aproveitamento de matérias-primas locais, caminharam lado a lado com a preocupação de atrair para o Paraná outros ramos industriais relacionados com a diversificação industrial. Esse esforço fica bem evidenciado pelos números resultantes da atuação do CENDI - Centro de Desenvolvimento Industrial, que registra, no triênio, a decisão de 45 novos investimentos industriais de porte no Estado.

Estas ações de fomento à atividade econômica se completam com os serviços de apoio propiciados pelo Conglomerado BANESTADO. As prioridades desse complexo financeiro oficial estiveram voltadas para uma maior assistência ao empresariado paranaense, para a cobertura às exportações, para a ampliação da estrutura de prestação de serviços no território estadual — com a instalação de 15 novas agências — além da expansão nos financiamentos — com taxas favorecidas — às pequenas, médias e microempresas, os quais totalizaram 3 bilhões de cruzeiros.

Para melhor cumprir os objetivos de apoiar e fortalecer as empresas paranaenses, em todos os setores, duas novas unidades foram incorporadas ao Conglomerado: a BANESTADO Leasing e o Banco Del Paraná — criado no Paraguai em 1980, onde já possui 4 agências em funcionamento.

No setor energético a ação governamental caracterizou-se, no triênio, pela preocupação em disciplinar e racionalizar os esforços dos diversos órgãos estaduais envolvidos, com vistas a compatibilizar o uso da energia consumida no Estado às novas exigências da economia brasileira.

As medidas de ordem estratégica adotadas foram, já em 1979, a transformação da COPEL em Companhia Paranaense de Energia, com atribuições mais abrangentes na pesquisa e identificação de fontes não-convencionais e no desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a criação e instalação do Conselho Estadual de Energia. Destaque-se que, com base na avaliação dos recursos energéticos do Estado, iniciada no mesmo ano, foi definido e aprovado, em fins de 1980, o Plano Energético do Paraná. Essas medidas de longo alcance possibilitaram ampliar o entrosamento entre o Estado, a União, os Municípios e a Comunidade, em inúmeros projetos específicos voltados para a consecução das metas estabelecidas pelo mencionado Plano.

Nesse sentido, desde 1981, estão sendo executados projetos básicos, cujos resultados não são apenas quantitativos, no que se refere à economia de combustível, mas, principalmente, comportamentais, pelo envolvimento direto da comunidade. Destacamos, dentre eles: o Projeto de Utilização Racional de Oleo Combustível, envolvendo 175 empresas paranaenses; o Projeto de Correção de Baixo Fator de Potência, abrangendo 100 empresas; o Projeto de Substituição de Oleo Diesel e Óleo Combustível por Eletricidade, já aplicado em 54 indústrias; e o Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Carvão Mineral nas Indústrias de Cimento, o qual já possibilitou a economia de 200 mil toneladas daquele derivado de petróleo.

Quanto à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entraram em operação, em 1981, a segunda e terceira unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, quadruplicando a disponibilidade de energia própria da COPEL, em relação à instalada em 1979, liberando o Estado da compra de energia em outras concessionárias para atender à demanda.

No decorrer do triênio, foram construídos 454 quilômetros de linhas de transmissão, 12.700 novos circuitos de distribuição e as redes urbanas foram ampliadas em 5.687 km, beneficiando 260 municípios. Foram também efetuadas 256.000 novas ligações, tendo a COPEL, em 1981, ultrapassado o número de um milhão de consumidores.

A eletrificação rural, elemento essencial para melhoria dos padrões de bem-estar do homem do campo, teve significativo avanço. Em janeiro de 1979, existiam 38 mil propriedades ligadas à rede da COPEL. Até dezembro de 1981, 31 mil novas ligações haviam sido efetuadas, quase duplicando o número de propriedades atendidas e, inclusive, superando as metas do Plano Energético do Paraná.

Com o propósito de oferecer, também na Região Norte Pioneira, serviços de padrão compatível com as necessidades e expectativas da população de seus 30 municípios, a COPEL adquiriu o controle acionário da Companhia Hidrelétrica do Paranapanema, em meados de 1981, investindo na transação 631 milhões de cruzeiros. Já nesse mesmo exercício, foram iniciadas as obras de melhoria nos serviços, cujos custos ultrapassam o montante de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

Também em 1981 foram iniciadas as obras preliminares à construção da Usina Hidrelétrica Segredo, que terá, quando em operação, 1.260 megawatts de potência, sendo concluído também o seu projeto básico.

A ação no setor Transportes, nos últimos três anos, orientou-se para uma adequada integração com as diretrizes da política energética nacional; para a supressão de lacuna na malha rodoviária estadual; a manutenção, restauração e reaparelhamento da infra-estrutura rodo-porto-aeroaviária; a obtenção do máximo de rendimento do sistema para atender às necessidades de escoamento das safras; e para o estabelecimento de novas propostas e projetos com vistas a racionalizar e tornar mais econômico o uso das malhas e equipamentos de transportes.

Foram concluídos, no decorrer de nossa gestão, 960

quilômetros de rodovias pavimentadas e 198 quilômetros de estradas com revestimento primário. A expansão verificada nesses últimos anos na rede rodoviária estadual vem exigindo modificações anuais na distribuição dos recursos, com orçamentos proporcionalmente maiores, a cada ano, para a conservação das vias implantadas. Entre 1979 e 1981, em valores constantes, os gastos em manutenção elevaram-se de 2 bilhões e 800 milhões para 3 bilhões e 900 milhões de cruzeiros. Além disso, a aplicação de recursos na conservação especial das estradas municipais, para escoamento das safras, tem sido expandida ano a ano.

No Porto de Paranaguá foi recuperada parte do cais comercial, substituídos equipamentos depreciados, iniciadas as obras de dragagem do Canal da Galheta e de construção do terminal "roll-on/roll-off", merecendo destaque o fato de que Paranaguá foi o primeiro porto brasileiro a operar nesse sistema. O Porto de Antonina, reativado para receber o carvão destinado a substituir óleo diesel e óleo combustível nas indústrias paranaenses, foi também objeto de um conjunto de obras e melhoramentos. A movimentação de cargas pelos dois portos atingiu, em 1981, a casa dos 10 milhões de toneladas. É importante assinalar também que a reativação do Porto de Antonina representou novo alento para a economia da região, há muitos anos estagnada e em vias de retrocesso. As exportações via Porto de Paranaguá proporcionaram uma receita cambial no montante de 3 bilhões de dólares, participando com 13% da receita cambial brasileira, em 1981. Com esse resultado, a geração líquida de divisas pelo Paraná, no último triênio, passa a totalizar quase 6 bilhões de dólares.

Para melhorar o nível de qualidade no atendimento aos usuários de transportes coletivos, foi implementado um programa de construção de terminais rodoviários de pequeno porte para cidades do interior. Por seu intermédio, 7 obras já foram concluídas e 45 outras iniciadas e em diversas fases de execução. Com idêntico objetivo, o Governo Estadual deu apoio a 4 prefeituras para a construção de terminais de médio porte. Na execução destes programas foram investidos 580 milhões de cruzeiros em 1981.

Queremos destacar, também, a instalação pioneira, pelo Paraná, das Centrais de Informações de Frete, destinadas a racionalizar o transporte de carga, reduzindo o desperdício de combustível e criando facilidades aos caminhoneiros que transportam riquezas por todo o País. No seu primeiro ano de funcionamento, as oito centrais instaladas propiciaram o comissionamento de 386.550 toneladas de cargas, atendendo a 20.000 motoristas.

Para promover maior integração social e política entre os paranaenses, mediante o acesso às programações televisadas, principalmente para as comunidades que dispõem de limitados recursos de informação e lazer, a RADIPAR desenvolveu intenso programa de atividades, ampliando significativamente a área coberta no território do Estado, com sinais de TV de boa qualidade.

O Plano Básico de Distribuição de Canais de TV, montado pela empresa e aprovado pelo Ministério das Comunicações em 1980, fez do Paraná o primeiro Estado brasileiro a dispor de um plano global de enlaces de repetição e retransmissão de sinais de TV. Com base nesse plano, a RADIPAR pôde aumentar de 15 para 81, em três anos, o número de estações em operação no Estado, e de 20 para 90 as cidades servidas.

O índice de produtividade e racionalização do sistema TELEPAR praticamente dobrou. O número de telefones em serviço cresceu de 305 mil para 569 mil, com aumento de 87% em três anos. No mesmo período, as localidades atendidas aumentaram de 408 para 715. Ao final de 1981, 225 comunidades estavam ligadas ao sistema DDI, 91 operavam em DDD, e todas as demais localidades que ainda dependiam de operador foram integradas ao sistema automático.

Cabe ressaltar, também, o pioneirismo do atendimento propiciado aos deficientes, no campo da telefonia. Em 1981, foram instalados, em locais estratégicos, aparelhos telefônicos com controle de volume para uso por deficientes auditivos e a baixa altura para utilização por paraplégicos.

Para estender os benefícios da telefonia às populações mais humildes e mais carentes, foram instalados 350 postos de serviço em vilas, povoados e pequenas comunidades rurais de todo o Estado, inclusive facilitando a ligação de pequenos produtores com as CEASAs, para obtenção de informações sobre preços, mercados e outros assuntos do seu interesse. Nas áreas urbanas, o número de telefones públicos mais do que dobrou, passando de 1.877, no início de 1979, para 4.114 ao final de 1981.

Na área administrativa, foram privilegiadas, sempre, políticas de austeridade. Ciente da escassez de recursos e da crescente demanda por novos atendimentos da parte das comunidades, o Governo Estadual implementou medidas especiais de racionalização e controle sobre as aplicações todos os setores, de modo a orientá-las para a produção de efetivos benefícios à população estadual. De igual modo, buscou-se, a todo o tempo, facilitar o acesso dos usuários aos serviços públicos de responsabilidade do Estado, eliminando entraves burocráticos e interiorizando as estruturas de atendimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Sabemos que muito há ainda por fazer, mas, é importante reconhecermos que muito já foi feito. Enfrentamos dificuldades, mas essas nos estimulam e não nos abatem. Temos desafios, mas esses instigam o poder de criatividade do nosso povo em superá-los.

A prodigalidade da nossa terra, a qualidade da nossa gente, nos entusiasma na convicção plena de que Povo e Governo — este último na sua acepção mais abrangente, englobando o Legislativo, o Judiciário e o Executivo — juntos continuaremos na construção de um futuro de grandeza, tendo a nos orientar os sentimentos maiores de liberdade com solidariedade.

O Paraná traça hoje — pelos objetivos sociais, políticos e econômicos que define, encarna e viabiliza — o seu destino de sociedade produtiva, justa e solidária. Está, como sempre, consciente das suas responsabilidades e da missão que lhe cabe no convívio da Federação Brasileira.

Implantamos, em 20 anos, uma infra-estrutura econômica invejável, em termos de realidade brasileira. Temos uma malha viária que atende às necessidades de integração inter-regional, do escoamento da produção e do acesso das populações aos bens e serviços. A energia elétrica, dada a existência de um sistema de geração própria, já supre, inteiramente, as nossas necessidades. Dispomos de um sistema avançado de telecomunicações, que permite aos paranaenses, em todos os municípios, e hoje até em comunidades rurais, comunicação fácil e eficiente com qualquer localidade servida pela rede nacional ou internacional.

Afirmar, ao tomar posse perante esta Assembléia: "Não prometo mais do que posso, também não farei menos do que devo". É o que tenho feito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sob a inspiração daquele amor à nossa terra e à nossa gente, tão bem expresso pelo grande paranaense Cactano Munhoz da Rocha, que governou este Estado e a quem, neste período de governo, rendemos a homenagem merecida na efeméride do seu centenário de nascimento, rememorando estas suas palavras.

"O imperativo irresistível de nos bater pelo Paraná e para o Paraná, ao qual temos servido em toda a alma, padecendo com seus sofrimentos exultando com as suas glórias e cujos sonhos de grandeza irrefreável acalentamos com carinho, consagrando ao fulgor de sua vida todas as formas, todas as energias e todos os entusiasmos de nossa vida".

Ao assumir este cargo, trazia como resoluta convicção

a de que, criando sobre a herança recebida, deveríamos, com o mesmo entusiasmo, a mesma dedicação e o mesmo impulso renovador com que governamos o Estado pela primeira vez, consagrar o melhor das nossas energias à consecução de uma obra de governo predominantemente orientada para o encaminhamento de soluções na área social.

Assim o fizemos e, através do Relatório que fazemos presente, pretendemos deixar claro, para análise de todos, que, diligentemente, colocamos em prática a filosofia de governo anunciada ao apresentar aos paranaenses as diretrizes que pretendíamos seguir. O relato detalhado das ações setoriais mostrará, em seus pormenores, que nossa administração foi conduzida em consonância com as prioridades e exigências de uma nova época, e a partir das aspirações da comunidade à qual, com muita honra e com muito amor, procuramos bem servir.

Fizemos algumas referências ao passado, porque nele encontramos os fundamentos do presente que vivemos, assim como governamos, hoje, com a mente e o coração voltados para o Paraná do futuro. Futuro, cuja construção requer de todos nós equilíbrio e ponderação, para não incidirmos no erro dos que pretendem mudar, de um dia para o outro, a face da história e estabelecer novas premissas sem amadurecer experiências e consolidar as conquistas alcançadas.

Se pretendemos um novo modelo de sociedade, mais humana, mais feliz e mais justa; se desejamos um mundo onde a justiça social com liberdade seja a regra básica de convivência, se queremos uma mudança de estruturas que amenize e, gradativamente, elimine o sacrifício dos muitos que quase nada têm e dão praticamente tudo para o que o progresso material da humanidade continue; devemos ter a coragem do diálogo como exercício de respeito mútuo.

Senhores Deputados:

Iniciei esta minha explanação repetindo frase que disse, há mais de duas décadas, ao prestar contas, então, do primeiro ano de governo daquele mandato. Tinha minoria nesta Casa. Os anos se passaram. Retornei à Chefia do Executivo, agora contando com a maioria de representantes. Todos sabemos que em oito anos de Governador recebi críticas e sugestões, mas, o que importa é que mesmo quando tinha minoria, nunca recebi o desestímulo de ver rejeitado um projeto em favor do Paraná. Todos foram aprovados. Numa demonstração concreta de que são absolutamente válidos os ditames das instituições democráticas quando definem a independência e a harmonia entre os Poderes.

Há e deve sempre haver, a união dos que querem trabalhar em favor do Povo quando está em questão o bem comum. E com espírito de justiça que agradeço ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário pelo muito que fazem, com acendrado amor em favor do Paraná.

Executivo também agradeço, conhecendo a sua grande dedicação para com esta terra e suas causas. Listando meu reconhecimento àqueles que, integrando órgãos do Governo Federal em nosso Estado, apoiaram com interesse e desvelo as realizações em favor das nossas comunidades. Sou igualmente reconhecido, pela ajuda ao Paraná, a todos organismos intermediários que representam os vários segmentos de nossa sociedade. Aos poderes do nível municipal, além da gratidão, reafirmo o compromisso: continuaremos juntos também em favor de uma reformulação tributária que dê aos municípios e estados-membros condições efetivas para a solução de seus problemas.

Aos responsáveis pelos veículos de comunicação social, de grande importância para a formação do que se pode chamar "vontade de um povo", nós agradecemos pelo empenho que têm em divulgar o Paraná, colaborando, intensamente, na atração para esta região de novas forças de desenvolvimento. Agradeço também pelo compromisso que cumprem com a verdade, requisito de fundamental importância para a manutenção de um clima de tranquilidade social.



Excelentíssimos Senhores Deputados: os senhores representam o povo deste querido pedaço do Brasil que tanto amamos. Sendo esta a última vez que, como Governador, venho prestar contas a este Poder, e faço, é evidente, com muita emoção.

Movido pelo respeito que tenho a esta Casa, onde há poucos anos, sagrado juramento prestei, permito-me acrescentar algo a esta introdução: pelos caminhos da vida nunca me afastei da rota balizada pela mais absoluta dignidade; nada me abate, nem sinto se há nesses caminhos pedras, obstáculos, espinhos porque me junto a muitos ao abraçarmos unidos uma causa que nos empolga e ofusca tudo o mais, pois entendemos que nossa missão é mais duradoura que o tempo de nossas vidas e temos no fundo da alma a imensidão de sua grandeza que sintetizamos repetindo "na realidade, só é digna de viver a causa pela qual vale a pena morrer. E o Brasil é uma dessas causas. Para nós, a maior delas."

Vossas Excelências, Senhores Deputados, julgarão minhas contas, o Povo julgará minha vida pública, Deus julgará minha vida toda.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Da mesma Comissão anteriormente designada, solicito que acompanhe o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado, durante sua permanência no Palácio 19 de Dezembro.

Antes do encerramento, a Mesa da Assembléia Legislativa deseja consignar sua gratidão às autoridades militares, civis e eclesiásticas e demais pessoas presentes, pelo comparecimento que tanto abrilhantou esta solenidade.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após que estará encerrada a presente sessão.

(É executado o Hino do Paraná).

#### Atos da Comissão Executiva

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/82

prorrogar até 31 de maio de 1982, a gratificação por prestação de serviço extraordinário (50%) cinquenta por cento, aos funcionários abaixo relacionados, todos da Prefeitura Municipal de Curitiba:

ALTAIR DA LUZ  
CARLOS MELARA FILHO  
IVONETE RUTH DE LIMA  
IVO MACHADO  
JOSÉ ANGELI  
ROSA MARIA ACHCAR MALHEIROS  
SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIAS  
SIDNEY DA CONCEIÇÃO VAZ

Palácio "XIX de Dezembro", em 25 de janeiro de 1982

JOÃO MANSUR — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — 1º Secretário  
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/82

I — prover MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de

Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 508).

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/82

exonerar TANIA MARIA BUERGER, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 143/79, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 507).

Palácio "XIX de dezembro", em 02/02/1982.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2º Secretário

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

#### PORTARIA Nº 11/82

I — revogar a Portaria nº 760/81, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antônio Cotrim, o funcionário EDSON ALMIR DUARTE, contratado deste Poder, e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto ao Protocolo.

(Protoc. nº 428).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de janeiro de 1982.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 12/82

conceder ao funcionário MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula nº 031, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 14 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 307).

#### PORTARIA Nº 13/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de

1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias, conforme especifica:

BOLIVAR CAMARGO BARROS — Mat. 115.	
— 2 meses	1981
RENÊ VASCO GARCIA — Mat. 429.	
— 2 meses	1980
ALBERTO SAVOIA ASSEF — Mat. 147.	
— 2 meses	1981
WILSON KAIEL — Mat. 436.	
— 2 meses	1981

(Protocs. nºs 162/82, 11338/81, 22/82 e 37/82).

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de janeiro de 1982.  
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 14/82

designar MARIA JASKIU MESSIAS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 1º de fevereiro de 1982 a 31 de março de 1983.

#### PORTARIA Nº 15/82

I — autorizar MARIA ÂNGELA DUMONT, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a quarenta (40) horas extras mensais, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1982.

II — autorizar DARCI BUENO DE MELO, funcionária contratada deste Poder pela Administração, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a quarenta (40) horas extras mensais, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1982.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/82.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 16/82

prorrogar até 31 de março de 1982 a permanência neste Poder, da funcionária LUCY PINHEIRO DE LACERDA, permanecendo sua designação atual.

#### PORTARIA Nº 17/82

designar ERLI FLÁVIO KUMMER, funcionário

contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 1º de fevereiro de 1982.

(Protoc. nº 484).

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/02/82  
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 18/82

I — revogar a Portaria nº 124/81, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Agui-naldo Pereira Lima, o funcionário JOSÉ UBIRAJARA DE OLIVEIRA LIMA, contratado deste Poder; e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços no Gabinete do Deputado Odeni Villaca Mongruel, como Datilógrafo.

(Protoc. nº 511).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/02/82  
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 19/82

designar CARMEM LAGO ARAGÃO, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 09 de fevereiro de 1982.

(Protoc. nº 525).

#### PORTARIA Nº 20/82

designar ACYR FERREIRA BORGES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 569).

#### PORTARIA Nº 21/82

designar CELSO BENEDITO DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1982.

(Protoc. nº 563).

#### PORTARIA Nº 22/82

designar ARISTIDES ORLANDINI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Pessoal, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 570).

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/02/82  
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral